

# O Brasil é credor do 3º Mundo

por Maria Helena Tachinardi  
de Brasília

Até 31 de dezembro do ano passado, de acordo com dados do Banco Central, o Brasil tinha uma dívida para receber de países da América Latina, Caribe, África, Oriente Médio e Europa Oriental de US\$ 7,3 bilhões, o equivalente a 6,5% de sua dívida externa.

Reaver essa massa de recursos nada desprezível, resultante da concessão de créditos para a exportação de bens e serviços, passou a figurar nas preocupações do governo.

"A dívida do Terceiro Mundo não é insolúvel", declarou a este jornal o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, ministro interino das Relações Exteriores. O Itamaraty, que nas negociações participa como coordenador do processo junto aos países devedores, está considerando várias ideias para descongelar esses créditos e alavancar novas exportações.

"Nós precisamos do Terceiro Mundo e precisamos

criar fórmulas para normalizar a situação. A chancelaria acha que isso é possível desde que procuremos gerar soluções de cooperação comercial e econômica para a reconversão desses papéis", acrescenta Flecha de Lima. Segundo ele, uma solução que poderá ser adotada é empregar o método mexicano no reescalonamento da dívida da Costa Rica com aquele país.

A Costa Rica, por exemplo, em vez de pagar seus débitos em dólares, está comprando no mercado secundário papéis do México com deságio, que os recebe com valor nominal.

Outra solução, revela o chanceler interino, seria buscar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um aval para as dívidas para com o Brasil contraídas no âmbito do Convênio de Crédito Recíproco (CCR), de natureza latino-americana.

Essa fórmula, indica Flecha de Lima, foi apresentada recentemente ao presidente do BID, Enrique Iglesias, "que não a achou ab-

surda". O banco está considerando a hipótese.

Com os países produtores de petróleo, o Itamaraty pensa estabelecer um esquema de recebimento da dívida mediante operações vinculadas ("countertrade"). É o caso do Iraque e de Angola.

Na próxima terça-feira chegará ao Brasil o ministro do Planejamento angolano, Pedro de Castro van Dunem, que assinará com o Banco do Brasil um acordo de reescalonamento do saldo devedor do país, de US\$ 700 milhões.

"Angola não está na vala comum dos devedores", diz o gerente de financiamento da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, Júlio Oshiro. O país africano produz 450 mil barris por dia de petróleo, dos quais exporta 300 mil. Paga suas importações provenientes do Brasil com a venda diária de 25 mil a 30 mil barris. "É um país de risco aceitável", diz Oshiro.

Com o reescalonamento de seu saldo devedor relativo a linhas de crédito, Luanda deverá conseguir novos recursos que solicitou: um aumento de 50% (US\$ 25 milhões) na linha de bens de consumo e uma suplementação de US\$ 100 milhões para a conclusão da hidrelétrica de Kapan-dá, que está sendo construída pelo governo soviético e pela Norberto Odebrecht e deverá entrar em operação em 1992.

Neste ano concluiram negociações com Brasília a Nicarágua, a Bolívia e a Costa Rica. Em breve o governo deverá iniciar conversações com a Guiana. Uma missão daquele país deverá chegar nos próximos dias.

No caso da Nicarágua, a dívida refere-se à compra de equipamentos e material de transporte. Os US\$ 54 milhões serão pagos em quinze anos com cinco de carência para o principal e juros baseados na Libor (taxa interbancária de Londres), mais "spread" de 1% ao ano.

Quanto à Costa Rica, o montante reescalonado na última quarta-feira foi de US\$ 26 milhões. É um típico devedor que procurou reestruturar seus débitos para tentar obter novos créditos.